



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão de Consignação em Benefícios

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT

Processo nº 35014.031100/2020-65

Unidade Gestora: DIVISÃO/COORDENAÇÃO/DIRETORIA/INSS

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A. E A CIP S.A. PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência, instituído na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, criado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, e reestruturado pelo Decreto 10.995, de 14 de março de 2022, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS**, CPF nº 536.148.104-10, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, Capítulo V, Seção II do Decreto nº 10.995, de 2022; a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA**, doravante denominada **Dataprev S.A.**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, constituída nos termos da Lei nº 6.125, de 04 de novembro de 1974, alterada pela Medida Provisória MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, inscrita no CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco E/F -Brasília/DF, CEP 70070-931, neste ato representada por seu Presidente **GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO**, CPF nº 004.666.489-01, e por seu Diretor de Relacionamento e Negócios, **ALAN DO NASCIMENTO SANTOS**, CPF nº 658.950.021-53, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, inciso VIII e art. 28, inciso VIII, respectivamente do Estatuto Social, e a **CIP S.A. (NUCLEA)**, sociedade anônima, regida por Estatuto Social; a Lei 6.404/76 e disposições legais aplicáveis às câmaras e aos prestadores de serviço de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB e pelas normas complementares ou regulamentares editadas pelos órgãos públicos competentes, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 4º andar, Torre Norte, São Paulo/SP, CEP: 01.452-002, **CNPJ nº 44.393.564/0001-07**, neste ato representada por seus procuradores, **FLÁBIA HELENA SCHIAVON**, CPF nº 273.721.238-36 e **LEONARDO DEMOLA RIBEIRO**, CPF nº 023.374.828-80, no uso das atribuições que lhes conferem a Resolução 3.998 de 28.07.2011, celebram **Acordo de Cooperação Técnica**, doravante denominado **ACORDO**, sob o **NUP: 35014.031100/2020-65**, em conformidade com as disposições contidas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme cláusulas e condições ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto autorizar a prestação, pela Dataprev S.A., à CIP S.A., de serviços de tecnologia da informação para processamento de batimento de dados fornecidos pela CIP S.A. (*tipo de registro; serviço; crítica do arquivo; data do processamento; Código de identificação da CIP na Dataprev; CBC; número do benefício; código do contrato; número do contrato na CIP; competência do 1º desconto; valor emprestado; valor da parcela do contrato; quantidade de parcelas do contrato; CPF do beneficiário; situação do contrato; indicativo se benefício em mensalidade de recuperação; somatório dos registros contidos no arquivo incluindo Header e Trailer*), diretamente à Dataprev S.A., com dados do INSS, sobre contratos de empréstimos consignados, mediante autorização do INSS formalizada por meio deste ACORDO, para fins de validação das operações financeiras relacionadas aos referidos contratos registrados no âmbito da Câmara de Cessões de Crédito – C3 operado pela CIP S.A., na forma autorizada pelo Banco Central.

§ 1º O batimento dos dados possibilitará aos titulares de benefícios com averbação de consignado, a verificação de que os créditos em processo de cessão não tenham sido cedido anteriormente, evitando a duplicidade do crédito.

§ 2º Os contratos de empréstimos consignados referidos no *caput* desta Cláusula são os que existem e que se encontram ativos na base de dados da Dataprev S.A. por ocasião do processamento.

§ 3º Os tratamentos dos dados são protegidos por sigilo de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO INSS

O INSS, neste ato, expressamente, concede autorização para a prestação dos serviços e para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo os serviços de tecnologia da informação para o processamento de dados, batimento e monitoramento relativo às trocas de arquivos, seja feito pela CIP S.A., diretamente à Dataprev S.A., conforme estabelecido nas Propostas Comercial e Técnica formalizada pela Dataprev S.A. à CIP S.A..

§ 1º A autorização é limitada ao objeto disposto no *caput* da cláusula primeira.

§ 2º A CIP S.A. utilizará o código de identificação nº "933", similar ao CBC (Código Bancário de Compensação) e disponibilizado pelo INSS, para a viabilização das trocas de arquivos necessárias a operacionalização do presente ACORDO, através dos sistemas corporativos do INSS.

§ 3º O INSS manterá a governança sobre as informações, bem como a autonomia para disciplinar os requisitos de acesso e utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CIP S.A.

Nos termos previstos neste instrumento e nas Propostas Comercial e Técnica formalizada pela Dataprev S.A., a CIP S.A. obriga-se a:

I - não disponibilizar qualquer informação de propriedade do INSS e da Dataprev S.A., por qualquer meio, finalidade ou terceiro, exceto para cumprir a finalidade objeto deste ACORDO;

II - tomar todas as medidas de segurança (*item III*), buscando proteger os dados pessoais dos usuários, para que o resultado da validação não seja disponibilizado por seus empregados ou prepostos, por qualquer meio, terceiro, ou finalidade diversa do objeto deste Acordo;

III - utilização de firewalls, criptografia, detecção de intrusão e monitoramento dos dados pessoais; internamente, o acesso aos dados pessoais do usuário e as informações do sistema são limitados apenas aos profissionais que realmente precisam ter acesso a estas informações a fim de desempenharem suas funções;

IV - disponibilizar para a Dataprev S.A. os arquivos mencionados nos parágrafos 1º a 5º da Cláusula Quinta por intermédio de um circuito dedicado de transmissão de dados, utilizando o *software* de segurança definido pela Dataprev S.A..

V - apresentar relatórios anuais de auditoria ao INSS e/à Dataprev S.A., ou quando solicitados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DATAPREV S.A.

A Dataprev S.A. obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste ACORDO e nas Propostas Comercial e Técnica, em especial:

I - prestar à CIP S.A., os serviços especificados, nos prazos e condições consignadas em Proposta Comercial formalizada pela Dataprev S.A. à CIP S.A.;

II - não disponibilizar qualquer informação de propriedade da CIP S.A., por qualquer meio, terceiro ou finalidade;

III - responsabilizar-se pela disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações fornecidas à CIP S.A., bem como por eventuais prejuízos causados à CIP S.A. em decorrência de incorreções ou atrasos no cumprimento deste ACORDO;

IV - a notificar ao INSS quaisquer ocorrências que caracterizem descumprimento pela CIP S.A. dos termos do presente ACORDO; e

V - compromete-se a prestar à CIP S.A., serviços de tecnologia e informações para o processamento e batimento de dados de contratos de empréstimos consignados firmados por beneficiários do INSS.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS

Os serviços de batimento dos dados dos contratos serão executados por meio de troca de arquivos conforme *lay-out* ajustado entre as partes, e nos termos a seguir:

I - a CIP S.A. encaminha arquivo para a Dataprev S.A. contendo os dados dos contratos de empréstimos consignados recebidos para realização de validação com aqueles existentes no banco de dados de créditos consignados sob custódia da Dataprev S.A.;

II - a Dataprev S.A. realiza o processamento e batimento dos dados e encaminha arquivo para a CIP S.A. informando, única e exclusivamente, se os dados dos contratos existem, estão ativos e não estão divergentes na base de dados de consignados, os contratos que foram validados, os monitorados e os que tiveram seu monitoramento cancelado no serviço, ficando vedado o compartilhamento de quaisquer outros dados de sistemas geridos pelo INSS, e que caso haja necessidade de disponibilização de informações pessoais, deverá ser observado o disposto na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e no Decreto no 7.724 de 16 de maio de 2012, que a regulamentam.

III - após o processamento citado no inciso I desta Cláusula, a Dataprev S.A. realiza mensalmente o processamento e batimento para retornar à CIP S.A., os contratos que continuam existentes e ativos na base de dados dos empréstimos consignados e a situação atual destes contratos;

IV - a CIP S.A. encaminha arquivo para a Dataprev S.A. indicando os contratos para exclusão do processamento e batimento, mencionado no inciso III desta Cláusula; e

V - a Dataprev S.A. exclui do processamento os contratos indicados e encaminha arquivo de confirmação da exclusão para a CIP S.A..

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA DOS ARQUIVOS

Os arquivos deverão ser trocados entre as partes por transmissão de dados na forma mutuamente definida, as quais se declaram isentas por qualquer eventual falha oriunda do fornecedor do circuito dedicado de transmissão de dados ou do *software* de segurança.

Parágrafo único. O prazo de entrega dos arquivos com os resultados do processamento e batimento à CIP S.A. será de até 4 (quatro) dias úteis, contados a partir da recepção do arquivo pela Dataprev S.A..

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CREDENCIAMENTO

O relacionamento entre a CIP S.A. e a Dataprev S.A., para efeito da gestão do presente ACORDO, dar-se-á exclusivamente por intermédio da Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação da primeira, e do Departamento de Gestão de Contratos com Clientes - DECC, da segunda, às quais credenciarão os seus respectivos representantes.

Parágrafo único. O credenciamento aludido no *caput* desta Cláusula dar-se-á através de correspondência entre as partes contratantes, no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES E DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA

Todas as comunicações entre as partes serão consideradas cumpridas regularmente se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, ou utilizando-se preferencialmente a caixa de mensagem eletrônica (*e-mail*) corporativa e específica indicada pela Acordante.

§ 1º As comunicações dirigidas à Dataprev S.A. deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: SAUS, Quadra 1, Bloco E/F, 5º Andar, Brasília, DF - CEP 70.070-931, A/C do Departamento de Gestão de Contratos com Clientes - DECC.

§ 2º As comunicações dirigidas ao INSS deverão ser encaminhadas à Divisão de Consignações em Benefícios – DCBEN, da Diretoria de Benefícios - DIRBEN no endereço: SAUS, Quadra 2, Bloco "O", 8º andar - Asa Sul, CEP: 70.070.946 – Brasília/DF e para a caixa de mensagem eletrônica dcben@inss.gov.br.

§ 3º As comunicações dirigidas à CIP S.A. deverão ser encaminhadas à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, 4º andar, Torre Norte, São Paulo/SP, CEP 01.452-002 e para a caixa de mensagem eletrônica squad.LiqMercadoeC3@cip-bancos.org.br.

CLÁUSULA NONA – DA CONFIDENCIALIDADE

As partes obrigam-se a resguardar do domínio público as informações obtidas e guardar o devido sigilo, nos termos do Anexo I (Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo – TCMS), conforme disciplina o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento, sendo restrita à consecução do objeto deste ACORDO.

§ 1º O mais completo e absoluto sigilo e confidencialidade deverá ser mantido entre as partes sobre quaisquer Informações Confidenciais ou Restritas da outra parte a que tiverem acesso no curso da relação ou como resultado dela, seja por meio de comunicações verbais, documentais ou pela visita às instalações ou contatos com clientes, fornecedores ou parceiros da outra parte, não podendo, sob qualquer pretexto, direta ou indiretamente, por si ou por terceiros, divulgar, revelar, tirar proveito, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento de tais informações a terceiros, ressalvados os casos definidos em lei ou por expressa determinação judicial.

§ 2º Para fins deste Instrumento, estabelecem as partes que a expressão "Informações Confidenciais ou Restritas" compreende:

I - quaisquer dados, documentos ou informações técnicas, comerciais ou pessoais de uma parte que a outra parte venha a ter conhecimento, acesso, ou que lhe venham a ser confiados, tais como, técnicas, fórmulas, padrões, compilações, invenções, planos de ação, relatórios de vendas, desempenho de publicidade, "know-how", especificações, projetos, métodos e técnicas ou processos que tenham ou não valor econômico, efetivo ou potencial;

II - fornecedores, associados, distribuidores ou quaisquer outras pessoas, físicas ou jurídicas, com que a outra parte mantenha relações comerciais ou jurídicas; e

III - os dados, textos, correspondências e quaisquer outras informações reveladas oral ou visualmente, independente do veículo que forem transmitidas, ou de sua natureza.

§ 3º Se qualquer das partes vier a ser obrigada, por força de lei, decisão judicial ou requisição do Ministério Público, a revelar isoladamente quaisquer "Informações Confidenciais" para qualquer órgão do Poder Público, deverá enviar prontamente à outra parte aviso por escrito com prazo de 15 (quinze) dias para permitir a esta requerer eventuais medidas ou recursos apropriados.

§ 4º Na hipótese de término ou rescisão deste Instrumento, por qualquer motivo, a outra parte concorda em lhe devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, todos os documentos pertencentes a outra parte que estiverem em seu poder, sob pena de ficar caracterizado o esbulho possessório, independentemente de notificação.

§ 5º As partes responsabilizam-se, por si e por seus prepostos e servidores ou funcionários, sob as penas da lei, pela utilização das "Informações Confidenciais", obrigando-se à manutenção de sigilo e confidencialidade das referidas informações, respondendo civil, administrativa e criminalmente pelo descumprimento das disposições aqui contidas e ratificadas no Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo - TCMS (Anexo II);

§ 6º Não se caracterizam como "Informações Confidenciais ou Restritas" as que:

I - as partes comprovadamente tenham conhecimento prévio à assinatura do presente Instrumento; e

II - tornem-se públicas sem que as obrigações de sigilo e confidencialidade aqui assumidas tenham sido violadas.

§ 7º A obrigação de sigilo e confidencialidade prevista neste ACORDO subsistirá mesmo após sua vigência, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 8º É vedada a disponibilização de informações protegidas por sigilo fiscal que constem na base de dados do INSS, ou seja, não serão fornecidos dados relativos à situação econômica e financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre natureza e o estado de seus negócios ou atividades, com fulcro no art. 198 do Código Tributário Nacional – CTN c/c art. 6º da Lei nº 11.457, de 2007 (Lei da Super – Receita). E com o art. 2º da Portaria Conjunta RFB/INSS nº 2, de 27 de abril de 2009.

§ 9º Na hipótese de violação de qualquer disposição ou condição desta Cláusula, será aplicada à parte infratora multa não compensatória no montante de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), calculada por ocorrência que gerar a violação e não pela quantidade de informações confidenciais afetadas, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, desde que efetivamente comprovados, à parte prejudicada. Ressalva-se que a multa não alcança o INSS, posto que a troca de informações, objeto deste ACT, será entre a Dataprev S.A. e a CIP S.A., ademais, o valor da multa será destinado à parte prejudicada.

§ 10º O monitoramento e avaliação, ficará a cargo da DATAPREV S.A., cabendo ao INSS apenas recomendar que àquela aplique medidas técnicas, que já constam em seu portfólio padrão, com o fito de manter o sigilo dos dados, quais sejam: controle de acesso, gerenciamento por senhas e aplicações, não permitindo o compartilhamento de contas e senhas de funcionários e colaboradores, conforme regulamento da CIP e o Acordo em tela, e a utilização da autenticação de multi-fatores, quando couber. Tal atribuição conferida à Dataprev, não exclui o monitoramento e avaliação por parte do INSS, que se dará por meio de sua Ouvidoria e análise dos relatórios de Auditoria Interna da CIP, pela área técnica do Instituto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO terá vigência pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado em caráter excepcional, conforme regra o § 4º do art. 57 da Lei 8.666/1993, c/c o § 2 do art. 42 da Portaria Conjunta MPS/INSS/PREVIC nº 64 de 19 de fevereiro de 2014, desde que devidamente justificado e mediante autorização das autoridades superiores do INSS, por uma única vez e pelo período de 12 (doze) meses, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O serviço poderá ser cancelado por necessidade do cliente ou da Dataprev S.A.. A outra parte deverá ser formalmente notificada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e o cancelamento obedecerá a regulamentação estabelecida pelo INSS.

O serviço poderá ainda ser suspenso ou cancelado imediatamente por motivo de força maior, tais como a suspensão/cancelamento do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre INSS, Dataprev S.A. e CIP S.A, aplicação de determinação do INSS ou judicial, assim como por condições específicas previstas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Acordo será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, dúvidas e divergências surgidas na execução deste Acordo ou de seus Aditivos, deverão ser resolvidos entre as partes, em comum acordo, no âmbito das suas respectivas atribuições e responsabilidades.

Parágrafo único. Eventuais divergências que não puderem ser dirimidas de comum acordo pelos partícipes serão submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Consultoria-Geral da União, cuja atuação se fundamenta no inciso XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, cabendo a quem suscitou a dúvida, promover a consulta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos e quaisquer tributos devidos em virtude do presente instrumento são de exclusiva responsabilidade da parte a quem o fato gerador do tributo estiver vinculado, nos termos da legislação tributária em vigor.

§ 1º A tolerância de uma parte em relação à outra não será considerada moratória, novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, que não impedirá a parte tolerante de exigir da outra o fiel cumprimento deste Acordo, a qualquer tempo.

§ 2º O presente ACORDO vincula as partes e seus sucessores, não podendo ser objeto de cessão, seja ela total ou parcial, a qualquer título, salvo com mútua e expressa anuência.

§ 3º As partes se comprometem a manter atualizados seus dados cadastrais, informando a outra sobre qualquer alteração.

§ 4º Caso alguma cláusula ou condição do presente ACORDO venha a ser considerada nula ou inválida isto não afetará o restante.

§ 5º Este Instrumento não implica na cessão, permissão de uso, outorga ou transferência, em qualquer hipótese, de qualquer direito ou propriedade intelectual e corporativa das partes, permanecendo cada parte como titular de tais direitos.

§ 6º Este ACORDO não estabelece entre as partes nenhuma espécie de sociedade, associação, consórcio ou responsabilidade solidária ou subsidiária, em virtude deste ACORDO.

§ 7º O presente ACORDO não gera qualquer vínculo ou obrigação trabalhista entre as partes, ou qualquer de seus prepostos, servidores ou funcionários, vez que não estão presentes os requisitos da relação trabalhista.

§ 8º Toda e qualquer responsabilidade trabalhista advinda deste Instrumento é de exclusiva responsabilidade da parte a quem estão sujeitos os prepostos, servidores ou funcionários, vez que toda a mão de obra eventualmente alocada por uma parte à outra não mantém qualquer vínculo empregatício com a outra parte, por lhe faltar quaisquer dos requisitos de vínculo empregatício.

§ 9º Não haverá impacto de custos no contrato INSS/Dataprev S.A. em função destes serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO




As partes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda da interpretação do presente instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente ACORDO eletronicamente, e as testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

ANDRE PAULO FELIX FIDELIS Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão	
GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO Presidente da Dataprev S.A.	ALAN DO NASCIMENTO SANTOS Diretor de Relacionamento e Negócios da Dataprev S.A.
FLÁBIA HELENA SCHIAVON Procuradora da CIP S.A.	LEONARDO DEMOLA RIBEIRO Procurador da CIP S.A.

Testemunha INSS
Nome: Jucimar Fonseca da Silva
CPF nº: 656.446.382-00
Testemunha Dataprev S.A.
Nome: Pedro Neto de Oliveira
CPF nº: 034.108.761-03
Testemunha Acordante
Nome: Paula Andreia Bernardo Canassa
CPF nº: 159.301.338-83

	Documento assinado eletronicamente por leonardo demola ribeiro, Usuário Externo , em 16/02/2023, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .
	Documento assinado eletronicamente por ALAN DO NASCIMENTO SANTOS, Usuário Externo , em 16/02/2023, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .
	Documento assinado eletronicamente por PAULA ANDREIA BERNARDO CANASSA, Usuário Externo , em 17/02/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .



Documento assinado eletronicamente por **Flabia Helena Schiavon, Usuário Externo**, em 22/02/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Neto de Oliveira, Usuário Externo**, em 22/02/2023, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO, Usuário Externo**, em 28/02/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUCIMAR FONSECA DA SILVA, Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios**, em 28/02/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PAULO FELIX FIDELIS, Diretor(a) de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, em 03/03/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10632476** e o código CRC **7E1F3698**.

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV S.A. E A CIP S.A..

CIP S.A. (NUCLEA)
Área Responsável: Coordenação de Governança de Tecnologia
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 4º andar, Torre Norte, São Paulo/SP, CEP: 01.452-002
telefone: (11) 4502-2917
e-mail: squad.LiqMercadoeC3@cip-bancos.org.br

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev S.A.
Área Responsável: Diretoria de Relacionamento e Negócio - DRN
Setor Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco E/F - Brasília/DF, CEP 70070-931
telefone: (61) 3207-3938
e-mail: digc@dataprev.gov.br

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", 8º Andar, Brasília-DF, CEP 70070-946
Área Responsável: Divisão de Consignações em Benefícios
telefone: (61) 3313-3946
e-mail: acordo.emprestimoconsignado@inss.gov.br

1. DO OBJETO:

O presente ACORDO tem por objeto a prestação, pela DATAPREV S.A., à CIP S.A., dos serviços de tecnologia da informação para processamento de batimento de dados fornecidos pela CIP S.A., com dados do INSS, sobre contratos de empréstimos consignados, mediante autorização do INSS formalizada por meio deste ACORDO, para fins de validação das operações financeiras relacionadas aos referidos contratos registrados no âmbito da C3, na forma autorizada pelo Banco Central.

2. DAS METAS:

Validação e listagem dos contratos de empréstimo consignado, apresentados pela CIP S.A., para assegurar a centralização das informações de operações de cessões de crédito efetuadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN, de forma a permitir aos participantes a verificação de que os créditos em processo de cessão não tenham sido cedidos anteriormente, evitando a duplicidade de Cessão de Crédito.

3. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das das validações de contratos de empréstimo consignado;	Após publicação do ACORDO
3.2 Data do envio do arquivo à Dataprev S.A. pela ACORDANTE, contendo os contratos de empréstimo para validação;	Diariamente, após a publicação do ACORDO
3.3 Data do envio do arquivo à Dataprev S.A. pela ACORDANTE, contendo os contratos de empréstimo para cancelamento de monitoramento.	Diariamente, após a publicação do ACORDO
3.4 Data de envio de arquivo pela Dataprev S.A., contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos itens 3.2 e 3.3;	Até 4 (quatro) dias úteis do recebimento do arquivo da ACORDANTE
3.5 Data de envio de arquivo pela Dataprev S.A., contendo os contratos monitorados no mês corrente;	As quantidades para faturamento serão obtidas por período de apuração mensal, compreendido entre o dia 21 do mês anterior à prestação dos serviços e o dia 20 do mês da prestação dos serviços. Será enviado relatório analítico mensal com os eventos faturados"; e
3.6 Repasse à Dataprev S.A., pela ACORDANTE, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo os serviços;	A cobrança mensal dos serviços prestados será efetuada pela DATAPREV S.A. após o encaminhamento da confirmação da prestação dos serviços, por intermédio de fatura e boleto discriminativos emitidos contra o CONTRATANTE, que realizará o pagamento até o décimo dia após a sua apresentação

4. DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

I - CABERÁ AO INSS:

- Conceder autorização para a prestação dos serviços e para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo os serviços de tecnologia da informação para o processamento de dados e batimento relativo às trocas de arquivos, seja feito pela CIP S.A., diretamente à DATAPREV S.A., conforme estabelecido na Proposta Comercial e Técnica formalizada pela Dataprev S.A. à CIP S.A.;
- Manter a governança sobre as informações, bem como a autonomia para disciplinar requisitos de acesso e utilização;
- recepcionar as ocorrências que caracterize descumprimento pela CIP S.A. ou pela Dataprev S.A. dos termos do presente ACORDO.

II - CABERÁ À DATAPREV S.A.:

- prestar à CIP S.A., os serviços especificados, nos prazos e condições consignadas em Proposta Comercial formalizada pela Dataprev S.A. à CIP S.A.;
- não disponibilizar qualquer informação de propriedade da CIP S.A., por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade;
- a Dataprev S.A. é responsável pela disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações fornecidas à CIP S.A., bem como por eventuais prejuízos causados à CIP S.A. e/ou a terceiros em decorrência de incorreções ou atrasos;
- notificar ao INSS quaisquer ocorrências que caracterize descumprimento pela CIP S.A. dos termos do presente ACORDO;
- prestar à CIP S.A., serviços de tecnologia e informações para o processamento e batimento de dados de contratos de empréstimos consignados firmados por beneficiários do INSS, nos termos previstos neste instrumento e nas Propostas Comercial e Técnica formalizada pela Dataprev S.A.;
- realizar o processamento e batimento dos dados e encaminhar arquivo para a CIP S.A. informando, única e exclusivamente, se os dados dos contratos existem, estão ativos e não estão divergentes na base de dados de consignados, os contratos que foram validados, os monitorados e os que tiveram seu monitoramento cancelado no serviço;
- realizar mensalmente, o processamento e batimento para retornar à CIP S.A. os contratos que continuam existentes e ativos na base de dados dos empréstimos e consignados e a situação atual destes contratos, conforme a Proposta Técnica formalizada pela Dataprev S.A.;
- excluir do processamento os contratos indicados pela CIP S.A., e encaminhar arquivo de confirmação da exclusão para a CIP S.A..

III - CABERÁ À CIP S.A.:

- não disponibilizar qualquer informação de propriedade do INSS e da Dataprev S.A., por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, exceto para a finalidade objeto deste ACORDO e nos termos previstos neste instrumento e nas Propostas Comercial e Técnica formalizada pela Dataprev S.A.;
- tomar todas as medidas para que o resultado da validação não seja disponibilizado por seus empregados ou prepostos, por qualquer meio, a terceiros e para qualquer finalidade diversa do objeto deste ACORDO, nos termos previstos neste instrumento e nas Propostas Comercial e Técnica formalizada pela Dataprev S.A.;
- disponibilizar para a Dataprev S.A. os arquivos mencionados nos incisos II, III, IV e V da Cláusula Quinta do termo do ACORDO por intermédio de um circuito dedicado de transmissão de dados, utilizando o *software* de segurança definido pela Dataprev S.A.;
- encaminhar arquivo para a Dataprev S.A. contendo os dados dos contratos de empréstimos e consignados recebidos para realização de validação com aqueles existentes no banco de dado de créditos consignados sob custódia da Dataprev S.A.;
- encaminhar arquivo para a Dataprev S.A. indicando os contratos para exclusão do processamento e batimento;
- utilizar firewalls, criptografia, detecção de intrusão e monitoramento dos dados pessoais, evitando vazamento de dados;
- é facultado à CIP S.A., rescindir o contrato de forma unilateral, caso a Dataprev S.A. disponibilize qualquer informação de propriedade da CIP S.A., por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade.
- apresentar relatórios anuais de auditoria ao INSS e à Dataprev S.A., ou quando solicitados.

5. DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Não há.

6. DOS CUSTOS:

Os custos serão definidos no contrato a ser assinado entre a CIP S.A. e a Dataprev S.A..

6. DA ABRANGÊNCIA:

Operações de de empréstimo consignados, oferecidos pelas acordantes de ACT na modalidade empréstimo consignado, mediante autorização do INSS, com abrangência nacional.

7. DO CRONOGRAMA FINANCEIRO:

O repasse à Dataprev S.A. pela CIP S.A., dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo os serviços será feito após o encaminhamento da confirmação da prestação dos serviços, por intermédio de fatura e boleto discriminativos emitidos contra o CONTRATANTE, que realizará o pagamento até o décimo dia após a sua apresentação e deverá constar o texto descritivo sobre o serviço prestado, conforme disposto no contrato entre CIP S.A. e Dataprev S.A..

8. DO INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3 deste Plano de Trabalho, ficando, a vigência e a prorrogação, vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo do ACORDO.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

ANDRE PAULO FELIX FIDELIS	
Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão	
GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO	ALAN DO NASCIMENTO SANTOS
Presidente da Dataprev S.A.	Diretor de Relacionamento e Negócios da D
FLÁBIA HELENA SCHIAVON	LEONARDO DEMOLA RIBEIRO
Procuradora da CIP S.A.	Procurador da CIP S.A.

Testemunha INSS
Nome: Jucimar Fonseca da Silva
CPF nº: 656.446.382-00
Testemunha Dataprev S.A.
Nome: Pedro Neto de Oliveira
CPF nº: 034.108.761-03
Testemunha Acordante
Nome: Paula Andreia Bernardo Canassa
CPF nº: 159.301.338-83

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS

[Qualificação: nome, nacionalidade, CPF, identidade (nº , data e local de expedição), filiação e endereço], perante o INSS, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e das normatizações ou regulamentações específicas acerca de sigilos e proteção de dados, inclusive pessoais, incidentes, conforme o caso, e a:

I - tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo(a) [órgão ou entidade] e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

II - preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;

III - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e

IV - não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:

a) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; e

b) informações relativas aos materiais de acesso restrito do INSS, salvo autorização da autoridade competente.

Declaro que [recebi] [tive acesso] ao (à) [documento ou material entregue ou exibido ao signatário], e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

[Local, data e assinatura]

[Duas testemunhas identificadas]

Referência: Processo nº 35014.031100/2020-65

SEI nº 10632476

Ministério dos Povos Indígenas

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
COORDENAÇÃO REGIONAL DE CUIABÁAVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2023

Comunicamos que o edital de licitação supracitada, publicada no D.O.U de 01/03/2023 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura aquisição de materiais de consumo e permanentes, sendo material de processamento de dados/informática, equipamentos energéticos, elétrico e eletrônico, acondicionamento, utensílios domésticos, material de copa e cozinha, de limpeza, de proteção e segurança, ferramentas, construção, esportivo/equipamentos de esportes, sementes, gás de cozinha, água mineral e gêneros de alimentação, destinados a implementação das atividades/programas de CR-CGB. Total de Itens Licitados: 00284 Novo Edital: 06/03/2023 das 08h00 às 11h30 e de 13h30 às 17h30. Endereço: Rua e Quadra 15 Bairro Centro Político Administrativo Cpa - CUIABÁ - MT. Entrega das Propostas: a partir de 06/03/2023 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/03/2023, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ADILSON DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDE - 03/03/2023) 194035-19208-2023NE000002

COORDENAÇÃO REGIONAL KAYAPÓ SUL DO PARÁ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 390/2022, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 002/2022 - FUNAI/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará. Processo: 08111.000222/2020-39. Objeto: Registro de Preços para a aquisição de ferramentas e insumos agrícolas, de equipamentos para a produção de farinha-de-mandioca, de material de pesca, de equipamentos para geração de energia solar e de embarcações e equipamentos náuticos, por meio de Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços - SRP, para atender às necessidades da Fundação Nacional do Índio/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará e de suas Coordenações Técnicas Locais de Redenção - PA e São Félix do Xingu - PA. Fornecedor: NORTE COMERCIO, ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 33.079.970/0001-83. Dos itens registrados: 1, 2, 3 e 7, 8 e 9. Valor Global: R\$ 540.000,00. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada. Data de Assinatura: 30/11/2022.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 389/2022, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 002/2022 - FUNAI/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará. Processo: 08111.000222/2020-39. Objeto: Registro de Preços para a aquisição de ferramentas e insumos agrícolas, de equipamentos para a produção de farinha-de-mandioca, de material de pesca, de equipamentos para geração de energia solar e de embarcações e equipamentos náuticos, por meio de Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços - SRP, para atender às necessidades da Fundação Nacional do Índio/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará e de suas Coordenações Técnicas Locais de Redenção - PA e São Félix do Xingu - PA. Fornecedor: MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ: 25.329.901/0001-52. Dos itens registrados: 10, 11 e 12. Valor Global: R\$ 231.256,00 Vigência: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada. Data de Assinatura: 30/11/2022.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 391/2022, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 002/2022 - FUNAI/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará. Processo: 08111.000222/2020-39. Objeto: Registro de Preços para a aquisição de ferramentas e insumos agrícolas, de equipamentos para a produção de farinha-de-mandioca, de material de pesca, de equipamentos para geração de energia solar e de embarcações e equipamentos náuticos, por meio de Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços - SRP, para atender às necessidades da Fundação Nacional do Índio/Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará e de suas Coordenações Técnicas Locais de Redenção - PA e São Félix do Xingu - PA. Fornecedor: MCA ASSESSORIA, IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 45.519.684/0001-82. Dos itens registrados: 4, 5 e 6. Valor Global: R\$ 213.640,00. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada. Data de Assinatura: 30/11/2022.

COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 3/2023

A Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso - Funai torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023, cujo critério foi o menor preço por grupo. As empresas que sagraram-se vencedoras do certame foram: Grupo 02 e 03 - DF MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ nº 21.793.208/0001-85, com o valor global de R\$ 991.132,00; Grupo 01 e 05 - BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 43.892.634/0001-09, com o valor global de R\$ 742.981,00; Grupo 04 - ADRIANA CEVE COMERCIO DE PRODUTOS DIVERSOS LTDA, CNPJ nº 21.849.320/0001-90, com o valor global de R\$ 31.887,00.

RAQUEL DA SILVA VIEIRA
Pregoeira

(SIDE - 03/03/2023) 194035-19208-2023NE000004

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2023 - UASG 333005

Nº Processo: 44011005246202238. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de certificados digitais, com suporte técnico. A solução será adquirida na forma de contratação de serviço e contemplará a renovação e emissão de certificados do nível A3, e-CPF (sem e com fornecimento de dispositivo físico de armazenamento do tipo USB) e e-CNPJ (com fornecimento de dispositivo físico de armazenamento do tipo USB), com validade de 3 anos, em conformidade com o padrão ICP-Brasil.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 06/03/2023 das 08h01 às 11h59 e das 14h01 às 17h59. Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3000 (shopping Id), Asa Norte - BRASILIA/DF ou <http://www.gov.br/compras/edital/333005-5-00002-1d>. Entrega das Propostas: a partir de 06/03/2023 às 08h01 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2023 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

VITOR DANIEL LARCHER
Pregoeiro Substituto

(SIASGnet - 03/03/2023) 333005-00005-2023NE204627

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Conforme inciso IV do parágrafo 2º do art. 69 da Lei 8.212/91 e art. 26 da Lei 9.784/99, ficam NOTIFICADOS os cidadãos abaixo listados por meio deste edital para (1) manifestação em revisão de autotutela administrativa e (2) comparecimento ou representação em data, horário e local abaixo determinados. Faculta-se o prazo legal contado a partir do primeiro dia útil após quinze dias da publicação deste edital para apresentar defesa, provas ou documentos dos quais dispuser; interpor recurso ou ressarcir o erário. O acesso aos autos e/ou manifestação poderá ser realizado por meio dos canais remotos. Decorrido o prazo legal ou data de convocação, o Processo Administrativo terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação do interessado.

CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO: Rosemeire de Andrade (NB: 6315412673, CPF: 22470097860, Protocolo: 434498046) comparecer às 08:40 do dia 02/05/2023 no INSS (Av. Prefeito Sapucaí, 120, São Vicente de Paulo, Pouso Alegre/MS, CEP 37553080) para Perícia Médica;

APRESENTAÇÃO DE DEFESA, PROVAS OU DOCUMENTOS: Maria do Nascimento Lima (NB: 1680987426, CPF: 26816440382, Protocolo: 1038272114); Tatiane da Silva Nunes (NB: 2060973680, CPF: 76367339000, Protocolo: 1300001252); Flavio Bento da Silva (NB: 2060973621, CPF: 31337276804, Protocolo: 18495217); Jose Carlos Alves de Oliveira (NB: 2060973613, CPF: 34596726841, Protocolo: 793049131); Alfredo Santos (NB: 5455853224, CPF: 60725482370); Luciene Bruna Caetano da Silva (NB: 2060973354, CPF: 44681304824, Protocolo: 1419676416); Monique Ellem de Souza (NB: 2065251683, CPF: 41366389816, Protocolo: 1343165574); Juan Silva de Oliveira (NB: 2065251632, CPF: 42633714889, Protocolo: 762250139); Jordania da Silva Okeke (NB: 2065251292, CPF: 44121292847, Protocolo: 1360625959); William Guimaraes Santos (NB: 2060973109, CPF: 47359898897, Protocolo: 1003174716); Viviane Cristina da Silva (NB: 2060973036, CPF: 31651580880, Protocolo: 450510745); Karen Cristina Severina de Moura (NB: 2060973052, CPF: 37426953807, Protocolo: 1316488358); Tayne Petrello Luiz (NB: 2060973150, CPF: 39681868854, Protocolo: 1659026744);

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: Luana Geicy Andrade Duarte (NB: 1184190175, CPF: 06355502459, Protocolo: 1453398239, Representante Legal: Gilcleane de Andrade Sousa, CPF: 01047836483); Bernadete Monteiro da Silva Lima (NB: 1079205389, CPF: 84031506368, Protocolo: 1228107666); Bruno Alan Oliveira da Silva (NB: 5479358274, CPF: 04658625512, Protocolo: 1974541635, Representante Legal: Maria Lucileia Oliveira da Silva, CPF: 00465996574); Antonio de Paiva Gadelha Neto (NB: 1340392760, CPF: 06873968404, Protocolo: 1285199441, Representante Legal: Maria do Socorro Vieira Lins Gadelha, CPF: 06119155457); Jesualdo Silva Campodonio Neto (NB: 5209521610, CPF: 03368853503, Protocolo: 817760, Representante Legal: Adriana Bastos Silva Campodonio, CPF: 81976062500); Marcos Roberto Macedo Guimaraes (NB: 5411147693, CPF: 3138383859, Protocolo: 2305669691); Juldete Alves de Macedo (NB: 1231641310, CPF: 06079565854, Protocolo: 966151858); Leticia Aparecida da Silva (NB: 1240295917, CPF: 13515741917, Protocolo: 1198130702, Representante Legal: Vitalina Moreira, CPF: 00000000000); Adelson Alves de Lima Junior (NB: 7002887700, CPF: 07106680367, Protocolo: 42261676, Representante Legal: Analice Rodrigues Sales, CPF: 00066104394); Cleciene Silva de Almeida (NB: 1001302580, CPF: 00635371502, Protocolo: 1432969606, Representante Legal: Maria Silva de Almeida, CPF: 00000000000); Antonio Nicanor Barbosa (NB: 7039508118, CPF: 14873070716); Jose Paulo de Sousa (NB: 7009376809, CPF: 70154546887, Protocolo: 2112263891); Jerre Adriani Maciel (NB: 1062153097, CPF: 00654521948, Protocolo: 1482186535); Francisco Gomes de Souza (NB: 0785965629, CPF: 18819435187, Protocolo: 1141080405); Lara Bianca Rocha de Souza (NB: 707031375, CPF: 05910275500, Protocolo: 645738543, Representante Legal: Girlane Rocha da Silva, CPF: 02203453508); Aedeilton de Jesus Santos (NB: 1031875899, CPF: 00639497500, Protocolo: 2140272784, Representante Legal: Maria de Lourdes de Jesus Santos, CPF: 13750780544); Luiz Vicente dos Santos (NB: 5448111099, CPF: 04027854920, Protocolo: 1611004277); Janete Cezar de Oliveira (NB: 5415304157, CPF: 05666993542, Protocolo: 898581081); Maria Regina Pereira (NB: 5444913450, CPF: 06046237394, Protocolo: 70495292); Bruno Brandao de Sousa (NB: 7012495473, CPF: 61562021370, Protocolo: 1068691844, Representante Legal: Maria Ivone Brandao de Sousa, CPF: 72672692300); Julio Vicente Gonçalves da Silva (NB: 5394476752, CPF: 05604538337, Protocolo: 1677955887, Representante Legal: Vicente Evangelista da Silva, CPF: 54883946304); Jose Mauricio de Almeida (NB: 7025006760, CPF: 32154054900, Protocolo: 1808726441); Lazaro Jorge de Almeida (NB: 7015300274, CPF: 23712082568, Protocolo: 1568004138); Marta Rosane Antunes da Silva (NB: 7021397136, CPF: 01330639090, Protocolo: 640984319); Carmelina Cardoso de Almeida (NB: 1336089307, CPF: 22439639818); Celio Gomes Jaques (NB: 5318449294, CPF: 71044159049, Protocolo: 1335585782, Representante Legal: Maria Lucia Gomes Jaques, CPF: 64420760087); Maria de Lourdes Clemente da Silva (NB: 1026144059, CPF: 02863842480); Lucio Soares Monteiro (NB: 1002213220, CPF: 79184294353, Protocolo: 897442125); William de Medeiros Borges (NB: 1243884808, CPF: 04577633965, Protocolo: 1325780591, Representante Legal: Lionete Cardozo de Medeiros Borges, CPF: 80654134987); Maria da Glória de Jesus S de Meireles (NB: 7026905946, CPF: 04500853502); Tiago Alves Pereira (NB: 5331640083, CPF: 03712658354, Protocolo: 1442729668, Representante Legal: Maria Luiza Alves Fernandes, CPF: 8901673915); Caroline Ferreira da Silva (NB: 7010443450, CPF: 05288022321, Protocolo: 1573843809); Antonio Carlos Brito dos Santos (NB: 7012916185, CPF: 60886873398, Protocolo: 441609989, Representante Legal: Antonio Diodino dos Santos, CPF: 43421210349); Isabella Antunes Medeiros (NB: 5529985323, CPF: 86522043068, Protocolo: 870608653, Representante Legal: Gisele da Silva Antunes, CPF: 02426286059); Luana Matos Barreto (NB: 1039034214, CPF: 02423191570, Protocolo: 312803610, Representante Legal: Joao Dantas Barreto, CPF: 02195936800); Margarette Silva de Carvalho (NB: 7022637041, CPF: 13349473504); Caio Souza de Souza (NB: 5362143863, CPF: 03622197536, Representante Legal: Rubia Alzira de Souza, CPF: 02830517520); Elaine Cristine de Souza Pires (NB: 5374135518, CPF: 03362169554); Eliene Ferreira Silva (NB: 1416050016, CPF: 03715407395, Protocolo: 725183534, Representante Legal: Maria Evanir Ferreira Silva, CPF: 26204983334); Grazielly Oliveira Lima (NB: 7032532285, CPF: 08552510340, Protocolo: 1013613975, Representante Legal: Evaneide Oliveira Dantas, CPF: 03902856335); Guilherme Cesar Machado da Silva (NB: 6218793781, CPF: 09547780905, Protocolo: 646381886, Representante Legal: Michele Machado da Silva, CPF: 0648927908); Kauan Leandro Alves Barbosa (NB: 7032082557, CPF: 09077085360, Protocolo: 1680291770, Representante Legal: Marli Alves Barbosa, CPF: 05301839357); Leandro da Rocha Souza (NB: 7005557108, CPF: 06149589544);

GLAUCO ANDRE FONSECA WAMBURG
Presidente
Interino

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 26/2023

INSTRUMENTO: Processo nº 35014.031100/2020-65. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica para realização de serviços de tecnologia da informação. PARTES: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV S.A. e CIP S.A (NUCLEA). OBJETO: processamento de batimento de dados fornecidos pela CIP S.A., com dados da Previdência Social, sobre contratos de empréstimos consignados mediante autorização do INSS. DATA DA ASSINATURA: 28/02/2023. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: ANDRE PAULO FELIX FIDELIS, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão; pela DATAPREV S.A.: GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO, Diretor Presidente e ALAN DO NASCIMENTO SANTOS, Diretor de Relacionamento e Negócios; pela CIP S.A.: FLÁBIA HELENA SCHIAVON e LEONARDO DEMOLA RIBEIRO, procuradores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação. ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS - Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/03/2023 | Edição: 44 | Seção: 3 | Página: 134

Órgão: Ministério da Previdência Social/Instituto Nacional do Seguro Social/Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

EXTRATO

Tornar sem efeito o Extrato de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 18/2023 publicado no D.O.U. nº 33 de 15/02/2023, Seção 3, Página 131, que versa sobre INSTRUMENTO: Processo nº 35014.031100/2020-65. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica para realização de serviços de tecnologia da informação. PARTES: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV S.A. e CIP S.A (NUCLEA). ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS - Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/03/2023 | Edição: 44 | Seção: 3 | Página: 133

Órgão: Ministério da Previdência Social/Instituto Nacional do Seguro Social/Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 26/2023

INSTRUMENTO: Processo nº 35014.031100/2020-65. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica para realização de serviços de tecnologia da informação. PARTES: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV S.A. e CIP S.A (NUCLEA). OBJETO: processamento de batimento de dados fornecidos pela CIP S.A., com dados da Previdência Social, sobre contratos de empréstimos consignados mediante autorização do INSS. DATA DA ASSINATURA: 28/02/2023. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: ANDRE PAULO FELIX FIDELIS, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão; pela DATAPREV S.A.: GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO, Diretor Presidente e ALAN DO NASCIMENTO SANTOS, Diretor de Relacionamento e Negócios; pela CIP S.A.: FLÁBIA HELENA SCHIAVON e LEONARDO DEMOLA RIBEIRO, procuradores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação. ANDRÉ PAULO FELIX FIDELIS - Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.